

EMPODERAMENTO FEMININO E EMPREENDEDORISMO: OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA MULHERES

*ENTREPRENEURSHIP AND FEMALE EMPOWERMENT:
THE CHALLENGES OF PROFESSIONAL TRAINING FOR
WOMEN*

Paulo de Oliveira Nascimento¹

Resumo: A oferta de formação profissional para jovens e adultos constitui-se num desafio bastante (re)conhecido por parte das educadoras e educadores no Brasil. Dentre as principais características desse público-alvo destaca-se o fato de que são pessoas que estão e/ou estiveram afastadas do ambiente escolar, o que acaba por ocasionar altos índices de evasão dos cursos. Quando tratamos de cursos ofertados especificamente para mulheres, os desafios são ainda maiores, tendo em vista as condições de (r)existência dessas sujeitas, que além de serem mães, donas de casa e/ou trabalhadoras, precisam desempenhar o papel de estudantes. Objetivamos, neste texto, apresentar algumas reflexões acerca do percurso formativo de mulheres empreendedoras no curso de formação profissional ofertado no IFAM/Campus Avançado Iranduba, a partir das observações durante a realização do mesmo. Tal empreendimento nos permitiu vislumbrar os limites e possibilidades de atuação da oferta de cursos dessa natureza, a partir das vivências e experiências das mulheres cursistas.

Palavras-chave: Formação Profissional. Empoderamento feminino. Iranduba - AM.

Abstract: *The offer of professional training for young people and adults constitutes a challenge that is quite (re)known by educators in Brazil. Among the main characteristics of this target audience, the fact that they are people who are and/or were away from the school environment stands out, which ends up causing high dropout rates from/in courses. When we deal specifically with courses offered specifically for women, the challenges are even greater, given the conditions of (r)existence of these subjects, who, in addition to being mothers, housewives and/or workers, need to play the role of students. We aim, in this text, to present some reflections about the training path of women entrepreneurs in the professional training course offered at IFAM/Campus Avançado Iranduba, based on observations during the course. Such an*

¹ Mestre em História, Professor EBTT – Instituto Federal do Amazonas Campus Avançado Iranduba, IFAM, paulo.nascimento@ifam.edu.br

undertaking allowed us to glimpse the limits and possibilities of offering courses of this nature, based on the experiences of the women taking the course.

Keywords: *Professional qualification. Female empowerment. Iranduba - AM.*

INTRODUÇÃO

Temos assistido a um crescente movimento em torno da ideia de uma educação cada vez mais emancipadora e transformadora, por meio de propostas didático-pedagógicas cujo objetivo foi a (re)construção das identidades e a (in)formação para o pensamento crítico (FERREIRA *et al.*, 2022). Não apenas nas modalidades educacionais da escola “regular”, mas também em outros espaços educativos formais e não formais é possível identificarmos propostas educativas nessa perspectiva.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM tem se alinhado não apenas aos movimentos de educação emancipadora, mas também às demandas de grupos sociais minoritários ou “maiorias minorizadas”, na expressão de Lilia Schwarcz (2020), historicamente excluídas dos processos educativos e, portanto, dos espaços de debate e (re)construção de suas cidadanias. Por meio de suas políticas educacionais, o IFAM tem buscado cumprir a sua missão de “Promover com excelência a Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, assentando-se em valores de acessibilidade, inclusão social, valorização das pessoas, cidadania e justiça social, respeito à diversidade, solidariedade, dentre outros (BRASIL, 2008), num movimento que reflete ações integradas de Ensino, Pesquisa e Extensão nos diversos *Campi*, espalhados pelo Estado do Amazonas.

Nesse texto, trazemos algumas reflexões empreendidas em função da realização do Projeto de Extensão intitulado “A PROPAGANDA É A ALMA DO NEGÓCIO: capacitação de mulheres indígenas e

pescadoras em *E-commerce* e marketing digital²”, contemplado pelo Edital nº 08/2022 – PROEX/IFAM e desenvolvido no IFAM/*Campus* Avançado Iranduba. Concebido para oferecer formação profissional a mulheres em vulnerabilidade social, o edital permitiu a oferta de formação inicial e continuada para empreendedoras, com foco em *E-commerce* e marketing digital, e contou com a participação de alguns docentes do *Campus*.

A partir dessa experiência, pudemos vislumbrar os limites e possibilidades de oferta de educação profissional para grupos sociais específicos, em função de suas necessidades e demandas, de modo a (re)construir suas identidades e cidadanias.

REFERENCIAL TEÓRICO

As mulheres são numericamente maioria da população brasileira. Os dados são da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, realizada em 2021. As informações dão conta de que a população brasileira é composta por 51,1% de mulheres e 48,9% de homens (IBGE, 2021). Como se explica, então, a baixa representatividade daquele grupo na política?

A explicação para essa questão passa necessariamente pelo já citado conceito de “maiorias minorizadas”. Citando Sergio Buarque de Holanda, Lilia Schwarcz destaca o fato de que essa desproporcionalidade

² Esse trabalho resulta das reflexões empreendidas em função da execução do projeto de extensão intitulado “A PROPAGANDA É A ALMA DO NEGÓCIO: capacitação de mulheres indígenas e pescadoras em *E-commerce* e marketing digital”, desenvolvido no IFAM/*Campus* Avançado Iranduba e com a participação do bolsista Raimundo de Lima Soares.

acaba por gerar um “mal-entendido” na democracia brasileira, quando noções de igualdade e liberdade não são aplicadas a todos (SCHWARCZ, 2020). Nos termos apresentados por essa autora, portanto, o conceito de “maiorias minorizadas” diz respeito justamente à desproporcionalidade representativa de grupos tais quais os negros e as mulheres na política, o que acaba por reverberar de maneira direta e indireta na elaboração e na promoção de políticas públicas voltadas para atender às demandas de tais grupos.

Apesar de algumas medidas que estão sendo implementadas no sentido de reduzir e/ou dirimir as desigualdades entre homens e mulheres, ainda são muitos os desafios das pessoas do gênero feminino, a quem são atribuídos papéis biológicos, sociais e culturais. Tais papéis estão no cerne da perpetuação do patriarcado e das formas de opressão historicamente (re)construídas, legando às mulheres uma posição desfavorecida em relação às pessoas do gênero masculino.

Nas relações de gênero, a violência contra a mulher é considerada um dos graves problemas globais de saúde pública, além de ser considerada uma das mais perversas formas de violação dos direitos humanos. Os dados indicam que cerca de 35% das mulheres em todo o mundo já sofreram violência, sendo que desse total, 30% foi praticada por seus parceiros íntimos, o que se configura na chamada violência doméstica (SOARES *et al.*, 2022).

Em se tratando especificamente do Brasil, as informações dão conta de que a cada dois minutos uma mulher é infringida por atos de violência e que em 80% desses casos, tal violência é praticada por maridos e/ou namorados (Idem, p. 264). Dentre as várias tipologias de violência, encontra-se a

de natureza econômica, identificada como atos que implicam danos, perdas, retenções, subtrações, danos e destruição de objetos, bens e valores das vítimas, praticada por seus cônjuges, com o objetivo de subjugar-las (SANTOS *et al.*, 2019).

Uma outra face da violência econômica é a chamada “dependência financeira” das mulheres em relação aos seus respectivos cônjuges, principalmente quando esses são os responsáveis pelo sustento das famílias. Nesses contextos, verifica-se que quando há a predominância da renda masculina, aumenta-se a probabilidade de ocorrência de violência doméstica contra as mulheres (SOARES *et al.*, 2022, p. 266). Por outro lado, quando ocorrem situações de aumento da renda feminina, há um aumento no seu poder de barganha em relação ao cônjuge, bem como um maior controle do domicílio e principalmente outras opções para além de um relacionamento abusivo (Idem, p. 269). Em outras palavras, a independência financeira representa uma redução na incidência de violência contra a mulher, o que nos leva necessariamente a perceber as políticas públicas voltadas para a promoção de ações dessa natureza como redutoras da violência de gênero.

Em sua origem, a palavra *trabalho* deriva de *traballar*, que por sua vez advém do latim *tripaliare*, que significava – até o século XIII – “torturar” (CUNHA, 2007, p. 779). Com o passar do tempo, a cultura ocidental deu novos significados, tal qual “lugar” ou “purgar” – numa acepção cristã medieval – até chegar ao sentido que damos hoje: transformar a natureza através da força física e/ou intelectual para a produção dos bens necessários à vida e de riquezas. Nas sociedades industrializadas, a divisão de classes transformou a força de trabalho em mercadoria, a ser comprada e vendida pelos

trabalhadores à burguesia; em troca, paga-se um *salário*, que nada mais é do que uma remuneração financeira pelo serviço que executa.

Dito isso, havemos de considerar a importância que o trabalho e a sua remuneração possuem em nossa sociedade, na medida em que permite às pessoas formas de (sobre)vivência nas economias de natureza capitalista.

Quando ponderamos o papel que esses elementos desempenham nas relações afetivas, conforme já discutimos, isso nos leva a refletir justamente sobre a capacidade de promoção de dignidade e independência para as mulheres.

As reflexões aqui empreendidas nos ajudaram não apenas no processo de concepção do nosso projeto de capacitação para o trabalho, mas também na (re)definição de abordagens adequadas, de modo a promover não apenas uma capacitação técnica, mas também reflexões sobre identidades de gênero e (re)significação dos papéis femininos e dos direitos das mulheres, nos dias atuais.

METODOLOGIA

Em função da necessidade de tratar de uma temática relativamente diversa da nossa área de atuação, realizamos inicialmente uma revisão bibliográfica – ou revisão de literatura e/ou estado da arte – sobre as temáticas aqui abordadas. Nas palavras de José D'Assunção Barros, “a ideia da revisão bibliográfica é enunciar alguns ‘interlocutores’ com os quais você [pesquisador] trará o seu diálogo” (BARROS, 2004, pp. 54-55).

A revisão bibliográfica, portanto, é muito mais que uma lista de obras já publicadas

sobre determinada temática, funcionando como fonte de inspiração para o referido tema, além de comenta-lo e aperfeiçoa-lo. Também cumpre a importante tarefa de não tornar repetitivos recortes espaço-temporais e temáticos já desenvolvidos por outros pesquisadores. No caso específico da temática aqui abordada, a pesquisa bibliográfica – que precede à revisão – não identificou nenhum trabalho que trate dessa temática, dentro do recorte espaço-temporal por nós elencado, o que denota não apenas o caráter inédito desse texto, mas também a necessidade de outros estudos dessa natureza.

Além da revisão bibliográfica/pesquisa bibliográfica, fizemos também uma na perspectiva metodológica da História Oral. Essa abordagem consiste numa “metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2011, p. 155).

Tendo percorrido um longo caminho ao longo do século XX, a História Oral figura, nos dias atuais, como uma importante metodologia para o conhecimento historiográfico. De acordo com a autora supracitada, uma pesquisa que emprega a metodologia da História Oral consiste basicamente em (1) preparar a entrevista, (2) contatar o/a entrevistado/a, (3) gravar o depoimento, (4) transcrevê-lo, (5) revisa-lo e (6) analisa-lo (Idem, p. 165) enquanto vestígio do passado. A História Oral, assim como outros documentos, oferece ao pesquisador a possibilidade de acesso ao passado através da memória dos

entrevistados, podendo constituir-se como uma fonte primeira – e em alguns casos, fonte única – para o conhecimento do passado.

Para esse projeto, todavia, a metodologia da História Oral serviu para compreendermos o processo de formação das cursistas do projeto, colocado em perspectiva, o que nos permitiu vislumbrar as nuances da (re)construção profissional e pessoal daquelas cursistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A nossa experiência em torno dos desafios formativos para mulheres empreendedoras permitiu-nos perceber que não se trata apenas da oferta de formação, mas também e principalmente da garantia de permanência e êxito dessas pessoas, ao longo de toda a jornada de aprendizagem.

Inicialmente, o curso foi concebido de modo a oferecer uma formação que fosse desde os aspectos técnicos relacionados ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de negócios, passando pelo letramento digital, estratégias de *Marketing* e outros elementos. Nesse sentido, a grade curricular do curso constituiu-se dos seguintes componentes: a) Informática Básica; b) Empreendedorismo; c) Marketing digital, *E-commerce* e mídias sociais; d) Associativismo e Cooperativismo; e) Plano de Negócios; e f) Feminismos, empoderamento feminino e cidadania.

Como podemos observar, tratou-se de um itinerário formativo que visou não apenas a instrumentalização técnica dessas mulheres, mas também buscou discutir aspectos relacionados à Identidade, Gênero e Cidadania, na perspectiva do

empoderamento feminino, em face da histórica opressão infringida a esse gênero, pelo masculino, no Mundo Ocidental. Nesse sentido, buscamos ofertar a chamada formação omnilateral, na medida em que contemplamos aspectos técnicos e profissionalizantes, mas também uma formação no campo das Ciências Humanas, com vistas em despertar reflexões a despeito dos históricos papéis socioculturais atribuídos às mulheres.

Inicialmente, foram ofertadas 40 (quarenta) vagas para o curso, através de uma Chamada Pública feita por meio da Direção Geral do IFAM/*Campus* Avançado Iranduba e veiculada nos meios de comunicação (rádio) e nas redes sociais daquela localidade. Todavia, recebemos 21 (vinte e uma) inscrições, incluindo-se aí 07 (sete) mulheres indígenas da Etnia Sateré-Mawé, membras da Aldeia Sahu-Apé, situadas na localidade Ariaú. As demais inscritas eram mulheres da cidade de Iranduba e de outras localidades.

Considerando as idiosincrasias relacionadas à comunidade indígena, ofertamos transporte escolar para aquele grupo, que deveria ser trazido às instalações provisórias do IFAM/*Campus* Avançado Iranduba – atualmente funcionando no CETI Maria Izabel Desterro Silva. Todavia, nas datas marcadas para primeiros os encontros – de acordo com o cronograma do curso – aquele grupo informou sobre a impossibilidade de participarem das atividades programadas, tendo em vista problemas “pessoais” relacionados a membros da comunidade, num processo que se repetiu nas primeiras ocasiões e inviabilizou a continuidade das alunas na formação. Além disso, dadas as demais atribuições da equipe docente e as

limitações da infraestrutura do IFAM/*Campus* Avançado Iranduba, não foi possível ofertar o curso para aquele grupo.

Em relação ao restante do grupo, das 14 (quatorze) mulheres, a maioria se fez presente em quase todos os encontros, participando ativamente de todas as discussões teóricas e atividades práticas que compuseram os conteúdos dos diversos componentes curriculares, já citados anteriormente. Desse grupo, 09 (nove) conseguiram concluir com êxito o curso, tendo obtido o certificado de 60 horas.

Em síntese, portanto, tivemos os seguintes números: das 40 (quarenta) vagas oferecidas, foram inicialmente ocupadas 21 (vinte e uma), o que corresponde a 52,5% (cinquenta e dois vírgula cinco por cento) do total inicial de vagas ofertadas. Das 21 (vinte e uma) matrículas realizadas, 07 (sete) eram de mulheres indígenas, o que percentualmente corresponde 33,34% (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento), grupo que não frequentou nenhuma das aulas do curso, em contraponto aos 66,66% (sessenta e seis vírgula sessenta e seis por cento) do outro grupo que realizou a matrícula e que teve percentuais variados de assiduidade. Desse grupo de 14 (quatorze) mulheres, 09 (nove) concluíram o curso e receberam os seus respectivos certificados, o que correspondeu a 64,29% (sessenta e quatro vírgula vinte e nove por cento) do total de cursistas frequentes.

O curso foi integralmente ministrado por docentes do IFAM/*Campus* Avançado Iranduba, formados nas áreas de Administração, Contabilidade, Informática e História, o que denota o caráter interdisciplinar dessa formação e o compromisso desses profissionais com uma educação pública de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalização desse curso, pudemos conceber a importância que a educação possui nos processos de emancipação humana, no combate às formas de preconceitos e discriminações, na redução das desigualdades sociais, econômicas, culturais e de gênero, na medida em que possibilita a (re)construção de mecanismos capazes de canalizar recursos econômicos, sociais e humanos e realizar tais processos.

Sabemos que a figura feminina foi historicamente perseguida no Ocidente, à luz dos preceitos da cultura judaico-cristã. Desde a ideia do “pecado original” que justifica as imperfeições humanas como resultado da desobediência de Eva – que teria ocasionado o degredo do casal primordial do “Jardim das Delícias” – passando pelas grandes fogueiras acendidas pela Santa Inquisição, à luz do *Malleus maleficarum*, até a necessária autorização dos pais, maridos e/ou “homens” responsáveis para trabalharem e/ou viajarem – já no século XX - as mulheres têm sofrido uma sistemática opressão patriarcal e sexista até os dias atuais.

Essa condição construiu uma mentalidade cuja característica mais (re)conhecida é a ideia que os homens – enquanto pessoas do sexo masculino – podem dispor das mulheres da forma como quiserem, dominando os seus corpos e mentes, tanto do ponto de vista da violência simbólica quanto física, o que acarreta o grave problema da violência doméstica sofrida por esse grupo.

Além disso, várias outras formas de preconceito e discriminação advêm disso, incluindo-se aí aqueles dirigidos aos indivíduos que não se enquadram na

classificação “masculino” ou “feminino”, tais quais os membros da comunidade LGBTQIAP+.

Apesar de promissora, a educação emancipadora e com foco na formação profissional para o empoderamento feminino ainda precisa se tornar mais presente e efetiva, seja por meio de políticas públicas e programas de incentivo, seja pela adesão de instituições educativas, através de ações efetivas e comprometidas com a criação, promoção, ampliação e manutenção de programas educacionais voltados para a formação omnilateral desses grupos.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer aos Professores Marcondes Coelho Feitoza e Diego Ricardo Lima Soares e à Professora Débora Oliveira Lopes Mota Bruce, que dedicaram o seu tempo, intelecto e competência, na condição de formadores. Agradecemos ainda à equipe da PROEX/IFAM pelo aceite da proposta e pelo apoio na realização das etapas. Por fim, nossos sinceros agradecimentos ao bolsista Raimundo de Lima Soares, que desempenhou as suas funções com destreza e competência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Larissa de Moura Marques. *O voto feminino no Brasil: o protagonismo das mulheres na campanha pela conquista dos seus direitos políticos*. Monografia (Graduação). Universidade de Brasília – UnB. Brasília – DF, 2021.

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla

Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 155 - 202.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. *Missão e Visão*. Disponível em: <<http://www2.ifam.edu.br/instituicao/missao-e-visao>>. Acesso em: 6 jan. 2023.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

ESTEVES, Sofia. “Quando eu nasci, a mulher não podia trabalhar sem a autorização do marido”. Disponível em: <<https://exame.com/colonistas/sofia-esteves/quando-eu-nasci-a-mulher-nao-podia-trabalhar-sem-a-autorizacao-do-marido/>>. Acesso em: 6 jan. 2023.

FERREIRA, Anderson Luiz *et al.* Educação emancipadora: contribuições da teoria freireana e das teorias histórico-cultural e histórico-crítica. *RIAAE – Revista Íbero-Americana de Estudos em Educação*. Araraquara, v. 17, n. esp. 1, mar./2022, pag. 703-715.

IBGE. *Quantidade de homens e mulheres*. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C1%25%20de%20mulheres>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras: Malleus maleficarum*. Rio de Janeiro: Rosa do Tempo, 2020.

LOPES, Antonio Fernando Megali *et al.* *Cartilha Inclusão e Direitos LGBTQIA+*. São Paulo: CUT, 2022.

RODA VIVA. *Roda Viva* | Lilia Schwarcz. YouTube, 7 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eU_BxcEuXro>. Acesso em: 6 jan. 2023.

SCHWARCZ, Lilia. *Maiorias minorizadas: a democracia no Brasil como 'mal-entendido'*. [2020]. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/>

2020/Maiorias-minorizadas-a-democracia-no-Brasil-como-%E2%80%98mal-entendido%E2%80%99>. Acesso em: 6 jan. 2023.

SANTOS, Ana Maria Ribeiro dos *et al.* Violência econômico-financeira e patrimonial contra o idoso: estudo documental. *Revista da Escola de Enfermagem*. São Paulo, v. 53, mar./2019, pp. 1-9.

SOARES, Laís de Souza Abreu *et al.* Dependência econômica e violência doméstica conjugal no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, n. 61, out./2022, pp. 263-283.